

***O aumento dos índices do discurso de ódio nas redes sociais
brasileiras e a modernidade da questão***
THE INCREASE IN HATE SPEECH RATES ON BRAZILIAN SOCIAL NETWORKS
AND THE MODERNITY OF THE ISSUE

Abrahão Alexandre Barros de Lima *
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho **
Flávio Luiz de Castro Freitas ***

RESUMO

A pandemia de covid-19 e suas restrições provocaram diversas alterações nas relações sociais e suas trocas, ocasionando uma massiva migração para as redes sociais. Por essa forma de conexão, foi possível a manutenção de laços, mas trouxe maior visibilidade a disfunções sociais, como o discurso de ódio, objeto desta investigação. Partindo de dados da ONG Safernet, dialogaremos sobre a disseminação desse fenômeno nas redes sociais brasileiras durante a pandemia, considerando uma possível subnotificação gerada pela própria estrutura digital. Observando a visibilidade trazida pelas redes e a sociedade da vigilância e partindo de um olhar retrospectivo sobre a sociedade brasileira colonial e racista, problematiza-se a modernidade do fenômeno. Em notas conclusivas, assumimos que não se trata de uma questão legitimamente moderna, mas tão somente mais transparente por conta das redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio; Pandemia; Modernidade; Colonialidade.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Bolsista FAPEMA; graduado em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; abrahao.alexandre@discente.ufma.br; <http://lattes.cnpq.br/9167358649260161>.

** Professora do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; doutora em Filosofia pela USP; bolsista de estímulo à produtividade FAPEMA (03677/2023); coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Kant; zilmara.jvc@ufma.br; <http://lattes.cnpq.br/2083775393424616>; <https://orcid.org/0000-0003-1991-0250>.

*** Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; doutor e pós-doutor em Filosofia pela UFSCar; coordenador do Grupo Teoria da Afetividade e Filosofia das Psis; flavio.luiz@ufma.br; <http://lattes.cnpq.br/2128304906555701>; <https://orcid.org/0000-0002-7648-0341>.

Abrahão Alexandre Barros de Lima
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Flávio Luiz de Castro Freitas

ABSTRACT

The covid-19 pandemic and its restrictions caused several changes in social relations and their exchanges, causing a massive migration to social networks. Through this form of connection, it was possible to maintain ties, but it brought greater visibility to social dysfunctions, such as hate speech, the object of this investigation. Based on data from the NGO Safernet, we will discuss the dissemination of this phenomenon in Brazilian social networks during the pandemic, considering a possible underreporting generated by the digital structure itself. Observing the visibility brought by the networks and the surveillance society and starting from a retrospective look at the colonial and racist Brazilian society, the modernity of the phenomenon is problematized. In concluding notes, we assume that this is not a legitimately modern issue, but simply more transparent due to social networks.

KEYWORDS: Hate speech; Pandemic; Modernity; Coloniality

Introdução

A introdução da era digital na sociedade brasileira trouxe muitas mudanças, como em relação ao comportamento do consumidor e a adesão ao *e-commerce*, bem como à transmissão quase instantânea de dados por meio da *internet*. Desde a década de 1970, marcada pela introdução de novas tecnologias de comunicação, várias são as transformações provocadas nas dinâmicas sociais e políticas das pessoas em face da vivência no contexto do “tecnobiocapitalismo” – que é um termo que propõe uma composição de perspectivas a partir do Capitalismo Cognitivo e suas novas formas de produção aliados à dimensão tecnológica explorada por autores como Donna Haraway (GOMES, 2022).

A passos moderados, mais pessoas aderiam ao ambiente virtual como alternativa viável de espaço de trocas sociais. O período de emergência sanitária causado pela pandemia de covid-19 – que perdurou de 11 de março de 2020 a 05 de maio de 2023 (PAHO, 2023a) –, no entanto, funcionou como um (trágico) marco na história e nos rumos de

nossa sociedade. Em face das restrições ao contato presencial, houve uma massiva migração das relações, ocasionado a concentração virtual dessas interações.

Imersos em um ambiente permeado por códigos digitais, programas e algoritmos, os agora sujeitos informacionais que ocupavam (e ainda o fazem) sobretudo os ambientes das redes sociais – como *Whatsapp* e *Twitter* – estavam sujeitos às dinâmicas intensas das redes, sendo fontes de influência e sendo por elas influenciados. Tais questões suscitam, entre outros debates, a problemática acerca da manipulação do comportamento dos usuários pelos algoritmos no contexto da sociedade tecnobiocapitalista – o que pode ser explorado em outra oportunidade (GOULART; MUÑOZ, 2022).

Esse movimento de “êxodo digital” deu ágio a diversas perspectivas sobre o comportamento dos usuários, sobretudo aqueles que haviam recém aderido à forma virtual de comunicação. Nos primeiros dias das restrições, as redes sociais foram invadidas por um senso (ou delírio) coletivo de esperança, com mensagens positivas e conclamações a cantar músicas religiosas nas varandas dos prédios.

Com a diluição das limitações oferecidas pelos espaços públicos e a possibilidade de difusão instantânea de informações sobre os mais diversos assuntos, por um instante foi possível vislumbrar a possibilidade de movimentos sociais de cunho positivo – instrumentalizando a perspectiva de Manuel Castells (2013) – imbuídas de um senso de esperança e motivadas por um espírito de indignação ante ao posicionamento negacionista do governo federal, por exemplo (CASTELLS, 2013).

O que se seguiu, no entanto, foi uma politização da própria crise sanitária e problematização das medidas sanitárias para barrar a contaminação pelo vírus. As redes sociais do momento exibiam, tal como uma vitrine, a sociedade brasileira e seus autores, dotados de seus

interesses e valores, tais como são: multidimensionais e impregnados por disfunções que estão na base de fenômenos sociais, como o discurso de ódio (CASTELLS, 2013).

Assim, ao se dirigirem as primeiras (e breves) brisas de esperança, como usuários passamos a conviver com os nossos fantasmas – ou não, pois pareciam agora mais vivos que nunca – e as redes sociais converteram-se em uma impressão fiel da sociedade e de suas mazelas, tendo experimentado uma onda de ódio e sua retórica sem precedentes, com aumento registrado nos seus índices, sobretudo no que tange aos conteúdos racistas, xenofóbicos e de propaganda neonazista, sendo agora um fenômeno social que estava mais visível e palpável pela própria estrutura dos *feeds*, por exemplo.

Motivado por esse aumento nas ocorrências registradas da retórica odiosa, que inicialmente era uma impressão e posteriormente foi corroborada por dados a serem comentados ao decorrer desta pesquisa, objetiva-se dialogar sobre o discurso de ódio nas redes sociais brasileiras no contexto social e político da emergência sanitária causada pela pandemia de covid-19 e problematizar se tal fenômeno social seria um acontecimento autenticamente moderno.

Estrutura-se esse diálogo a partir da hipótese de que o fenômeno do discurso de ódio, embora tenha suas expressões mais visíveis em face da estrutura digital das redes sociais, sua problemática não é de fato moderna, a partir de uma visão longitudinal da sociedade brasileira e sua história impregnada de marcas coloniais e racistas.

A fim de oportunizar a sua consecução, o percurso metodológico consiste em uma abordagem qualitativa e retrospectiva, de modo a fomentar um diálogo analítico e crítico da temática, considerando sua complexidade. O método utilizado será o de revisão integrativa da bibliografia a partir da consulta a obras de referência e a artigos científicos em periódicos disponíveis nos repositórios virtuais da Plataforma CAFe

da CAPES e no Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2017).

1. O aumento do discurso de ódio nas redes sociais brasileiras no contexto do brasil pandêmico e o que isso tem a nos dizer

O discurso de ódio é definido enquanto um fenômeno social que consiste na instrumentalização das manifestações como ferramenta para o ataque a determinado grupo por seus próprios marcadores sociais, como raça, gênero, orientação sexual e filiação religiosa, por exemplo (TRINDADE, 2022). Parte-se, assim, de uma formulação identitária entre grupos que, teoricamente, se antagonizariam e que pode ser resumida a um enunciado de “Nós-Eles” ou “Eu-Outro”.

Para além de uma conformação que se atenha unicamente à linguagem verbal, tal fenômeno difunde-se por diversas maneiras, uma vez que está associado à simbologia e à performance das manifestações no contexto da sociedade – o que parece direcionar o conceito para uma definição abstrata, mas que tem sua relevância quando observamos, por exemplo, a dissolução do discurso de ódio em ações corriqueiras ou aparentemente inofensivas (BUTLER, 2021).

No contexto da emergência sanitária ocasionada pela pandemia de covid-19 (PAHO, 2023a), seguindo a migração (forçada) das pessoas para o ambiente virtual ocasionada pela restrição ao contato social presencial, o fenômeno do discurso de ódio recebeu bastante evidência em face de sua maior percepção nas redes sociais do Brasil. Nesse período, chegou a ser noticiado por grandes veículos midiáticos – como o programa dominical *Fantástico* da Rede Globo, que explorou a figura dos *haters* (odiadores) nas redes sociais e buscou traçar um perfil desses usuários que disseminam ódio *on-line* (FANTÁSTICO, 2021) – e pode-se afirmar que integrou, em

suas diversas expressões, a experiência de muitos usuários nas redes sociais.

Dados da ONG *Safernet*, que monitora as manifestações de discurso de ódio no ambiente virtual, apontam que, de fato, durante o período pandêmico houve um aumento significativo nos índices de ocorrência desse fenômeno. Dados de 2022 apontam que em 2020, primeiro ano da emergência sanitária, houve o dobro de denúncias atinentes à racismo e xenofobia nas redes em relação ao ano de 2019 (SAFERNET, 2022).

Ao se tratar de manifestação com conteúdo de propaganda neonazista, no entanto, houve um crescimento de 840,7% em relação ao ano anterior (SAFERNET, 2022) – o que fora também noticiado na grande mídia, por meio da divulgação da pesquisa da antropóloga Adriana Dias, a qual mapeou um aumento de 270,3% no número de células extremistas no Brasil de janeiro de 2019 a maio de 2021, gerando um temor entre pesquisadores a respeito da materialização do discurso de ódio (já criminoso por si) em ataques violentos (FANTÁSTICO, 2022).

Em 2021, houve um aumento das queixas na porcentagem de 67,7% considerando o ano de 2020, com 74 mil denúncias recebidas a mais, aponta levantamento publicado em 2023 (SAFERNET, 2023). A apresentação desses dados corroboram a preocupação sobre a temática e, mesmo que os aumentos sejam expressivos, ainda não dispõe dos dados de 2022, ano da eleição para a presidência do país e de verdadeira efervescência social e política, com a presença de ataques massivos disparados por meio das mídias sociais direcionados xenofobicamente aos nordestinos e tentando disseminar notícias falsas em relação ao pleito eleitoral, por exemplo.

Em relação ao procedimento adotado pela *Safernet* para a consolidação de seus dados, de acordo com informações da própria ONG, tem-se o mecanismo de mapeamento operacionalizado por meio de

denúncias *online* a determinadas postagens e conteúdos nas redes sociais. Embora o trabalho seja de suma importância para que entendamos o comportamento desse fenômeno social, há limitações como, por exemplo, muitos posts podem não ser denunciados ou podem ser veiculados em meios que não sejam facilmente (ou totalmente) acessados por todos os usuários das redes sociais, como grupos e fóruns privados em aplicativos de mensagens, como *Telegram* ou *Whatsapp*.

Surge então a preocupação acerca do volume dessa retórica odiosa no ciberespaço em termos quantitativos absolutos, entendendo que há tanto dependência da postura ativa de usuários que denunciem postagens nesse sentido, quanto espaços que são inacessíveis por sua própria disposição na *internet*. Sobre esse último ponto, cabe comentar sobre a divisão teórica do espaço da *Web*: apenas 4% de todos os dados da internet estão indexados – isto é, dispostos em um índice e detectáveis via ferramenta de buscas *on-line*, como *Google* ou *Bing*, por exemplo – no que se denomina “internet visível” (VIGNOLI; MONTEIRO, 2020).

Em relação à outra porção, aquela invisível, 90% seria a *deep web* – rede de dados não rastreável por mecanismos de busca, que possui restrições em relação ao acesso do público em geral e conteúdos não transitáveis sem determinados requisitos da *internet* (como, por exemplo, os próprios sítios digitais que contém informações não acessíveis ao público comum e que requerem que o usuário tenha um cadastro para poder acessá-los) – e 6% equivaleria à *dark web* – rede com maior nível de criptografia (sistema para proteção de dados) e considerado o nível mais profundo e desordenado da *internet*, com seu próprio sistema de acesso por meio de navegadores específicos e sua própria moeda para transações comerciais (muitas delas escusas) por meio das criptomoedas (VIGNOLI; MONTEIRO, 2020).

Nessa parte do universo digital, os mais diversos conteúdos disseminam-se de maneira não perceptível aos mecanismos de busca (por

ausência de indexação) e também aos órgãos de controle. De diversas especulações acerca do que existe por lá, o que se sabe é que o senso de anonimato é a tônica para a veiculação das ideias mais insidiosas nesse ambiente, o qual possui os “*chans*”, por exemplo, que são fóruns anônimos com as mais diversas temáticas – como o *True Crime Community*, utilizado para a propagação de conteúdos misóginos, neonazistas e incitação a massacres nas escolas, com retóricas completamente deturpadas e sedutoras para a cooptação de novos membros (ESTADÃO, 2023).

Com essa conversa bem técnica o ponto é: os dados da *Safernet* são apenas um dos indicadores do universo de toda a retórica odiosa *on-line* e um termômetro do crescimento do fenômeno nas redes sociais, o que desperta bastante preocupação por parte dos usuários, que se veem confrontados com essa forma de violência cotidianamente em suas páginas sociais. Nesse contexto, tudo parece gatilho para o ódio, desde política até as simples discussões em fóruns públicos de divas pop do *Twitter* sobre a cantora A ou B.

Tem-se também o comportamento alerta das próprias redes sociais, que estão editando (ou recrudescendo) suas diretrizes internas para o combate ao fenômeno. Embora gere atenção, a tendência de crescimento e banalização, não pareceu suficiente para provocar atuação do governo federal para o combate à disseminação ou mesmo para mapeamento desses dados.

Esse último aspecto vai de encontro ao que Judith Butler (2021) defende como o dever a ser adjudicado pelo Estado de enunciar o que seria o discurso de ódio em face de sua repercussão na seara dos direitos e das liberdades. Na seara judiciária, por exemplo – à qual a autora atribui maior protagonismo para a criação desses enunciados –, observa-se que o termo tem permeado discussões e julgamentos, sem que, no entanto, se tenha uma definição clara sobre o fenômeno, atuando como um verdadeiro

conceito “guarda-chuva” (LUCCAS; GOMES; SALVADOR, 2020), que paradoxalmente abarca muito e nada, restando ao alvitre do intérprete da norma no caso concreto.

Esse aumento que se deu em sede de uma tragédia sanitária ocasionada por um vírus compõe uma outra crise que se desenvolve paralelamente: a “infodemia”, termo cunhado pela Organização Pan Americana de Saúde (PAHO, 2020) e designa essa explosão de informações – muitas delas impregnadas de vícios sociais, como notícias falsas e a própria retórica odiosa em si. Confinados (e livres) no ambiente virtual, assistimos passivamente (ou não) a escalada dessas manifestações e a trivialidade da negação ao Outro em sua essência.

Afinal, o que reside na base desse fenômeno? As pessoas tornaram-se mais odiosas do dia para a noite a partir de março de 2020? Muitos fatores são elencados para “explicar” esse movimento, como, por exemplo, o isolamento social e a ruptura nas dinâmicas sociais enquanto motivadores de elevados níveis de estresse e ansiedade. Outros fatores são: a efervescência social e política experimentada no momento, com a inserção de diversas tecnologias e os posicionamentos divergentes em relação ao vírus; o negacionismo científico, com episódios de descrédito às vacinas contra o vírus causador da covid-19 e mesmo tentativas por parte do ex-presidente da República de diminuir a crise sanitária vivenciada em nosso território, afirmando ser tão somente uma “gripezinha”; a extrema polarização político-ideológica, acirrada ainda mais no ano do pleito para a presidência da república (OLIVEIRA, PEREIRA, 2021).

Poderíamos passar muitos momentos refletindo sobre as causas e certamente diversas variáveis surgiriam. Precisamos, no entanto, questionar: estamos diante de algo legitimamente moderno? Retomando a perspectiva binária da equação que se situa na base do fenômeno do discurso de ódio (nós-eles), vemos que sua raiz é bem mais profunda e

anterior que a própria invenção dos *smartphones*, por exemplo. As redes sociais, bem como uma parte do ambiente digital, atuam como vitrines de um fenômeno que está costurado à nossa história.

Hoje, pela própria estrutura da internet visível (VIGNOLI; MONTEIRO, 2020) atingimos a visibilidade ao discurso de ódio e seu entendimento, dada à transparência dessas manifestações em ambientes com acesso franqueado a todos os usuários, como o *feed* de nossas redes sociais abertas. Assim, um fenômeno que poderia até ganhar espaço em jornais e programas de TV, mas que sobretudo era propagado nas formas mais cotidianas (não registráveis, em geral), como conversas entre pares, hoje, deixa rastros digitais pela própria estrutura da sociedade da transparência – que muito mais se assemelha à sociedade da vigilância algorítmica (HAN, 2018).

Assim, partindo da perspectiva de Byung-Chul Han (2018), a estrutura social atual (acirrada pelo isolamento social durante a pandemia) trouxe maior visibilidade aos fenômenos e disfunções sociais por sua própria construção, bem como por sua ilusão de proteção atrás das telas, que é, em verdade uma autoexposição voluntária de suas facetas mais recônditas, como a de ser odioso. O panóptico digital (analogia feita pelo autor a partir da obra de Jeremy Bentham) – que não mais permanece com o isolamento entre as células, mas sim com hipercomunicação entre elas; não mais marcado pela presença do *Big Brother*, mas do *Big Data* – permite que visualizemos em parte o fenômeno por meio de sua estrutura, conferindo-o maior visibilidade, mas não sendo em si sua raiz ou *causa* (HAN, 2018).

2. Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais (e avós, e bisavós, ...)

Discorrer ou mesmo buscar essas bases provocam-nos a tratar nossa própria sociedade com um senso de inadequação e permitir-nos ser tocados por pontos que estejam bastante acomodados na história e em seus processos (aqui utilizando conceitos adaptados da obra de Roy Wagner [2010]) que se desenvolvem de forma tão familiar quanto imperceptível. Retomando o que dissemos anteriormente, o discurso de ódio é um fenômeno social complexo e suas expressões nas redes sociais no recorte temporal feito são apenas a face visível de um universo carregado por símbolos e máculas advindas de tempos bastante anteriores aos casos recentes (WAGNER, 2010).

Os casos ocorridos de retóricas homotransfóbicas e neonazistas, por exemplo, frequentemente, são enxergados como expressões de fraturas históricas bastante localizadas, quando, em verdade traduzem símbolos quase atemporais, como o ideário racista, que de tão ínsitos e autoevidentes ao tecido social, passam despercebidos (WAGNER, 2010). Por isso, as raízes do fenômeno estão bastante apartadas dos tempos pandêmicos recentes e a emergência das tecnologias da comunicação, estando costuradas às nossas próprias bases históricas e sociais que buscamos esquecer.

Propomos, a partir de agora, uma (desconfortável, mas necessária) regressão. Com base nos escritos de Aníbal Quijano (2005) e deitando o olhar sobre nossa trajetória enquanto país latino-americano e alvo de uma insidiosa exploração por parte de diversas potências europeias a partir do século XVI, encontramos na dominação colonial e em seus braços a primeira (e talvez mais ampla) base desse fenômeno. Para a sedimentação de suas hierarquias, lugares e papéis, a figura do colonizador precisava de

um critério que sustentasse sua superioridade em relação aos povos originários e logo recorreu a um critério fenotípico e biológico para tanto, argumentando a superioridade do invasor (QUIJANO, 2005).

Assim, é inaugurado – partindo-se dessa necessidade de diferenciação – todo um sistema binário que serviria de arcabouço para a exploração a partir da construção “conquistador” (branco, europeu, cristão e publicamente heterossexual) x “conquistado” (selvagem e exótico). Não parece estranho agora quando falamos em uma formulação identitária “nós- eles”, como já mencionado e que segue, com algumas adaptações, o sistema binário bastante consolidado nos dias de hoje, e sem alterações nem mesmo quanto aos sujeitos, permanecendo ainda a figura do branco cisgênero e abertamente heterossexual na posição de “padrão” social que pode ditar regras e comportamentos (QUIJANO, 2005).

Traçando paralelos e exemplificando, podemos observar esse critério biológico – instrumentalizado como pilar pelos invasores – utilizado enquanto tônica para a disseminação do discurso de ódio transfóbico nas redes sociais atualmente. Nele, o agressor apropria-se de argumentos médico-biológicos para “sustentar” a violência em relação aos corpos transgêneros, sendo “saberes-poderes que estratificam existências, qualificando as ditas ‘normais’ como possíveis e as ‘anormais’ como intangíveis ou desconhecidas” (VELOSO, 2021).

Seguindo em nossa incursão, ainda nesse esforço de demarcar as diferenças entre os invasores e os espoliados partindo de um critério biológico, fora implantada a ideia de raça, que, segundo Quijano (2005), em seu sentido “moderno” não tem história conhecida antes da invasão das Américas. Utilizada como forma de outorgar legitimidade ao processo de dominação e seus violentos percursos, a ideia de raça – com a superioridade e elevação do branco europeu ao lugar de padrão ideal – permeia até hoje os mais diversos aspectos da vida social, sendo hoje problematizada (felizmente) por um bom número de pessoas, mas que

ainda sustenta um sistema muito bem arraigado de opressão (QUIJANO, 2005).

A lógica da raça enquanto justificativa para um sistema de superioridade/inferioridade, pode ser considerado enquanto o ponto central da classificação da população mundial em níveis e um dos elementos mais longevos de dominação, visto que nossa história corrobora sua eficácia. O ideário racista, aliado a uma mentalidade colonizada, estrutura e legitima um sistema opressor tão naturalizado quanto poderoso para a manutenção dos *status* que foram desenhados há séculos (QUIJANO, 2005).

Tratar sobre o racismo em nossa sociedade é um imenso desafio, sobretudo porque devemos considerar que ele permeia, inclusive, nossa maneira de pensar ainda que insistamos em dizer o contrário. Resgatando o binarismo (muito comentado nessa seção), vemos que os contornos racistas elaborados para “justificar” a subjugação e extermínio dos povos nativo-americanos e africanos, permanece bastante pulsante em uma oposição entre a superioridade branca do norte global x inferioridade ameríndia e africana, sendo o pensamento branco associado às luzes da Razão, enquanto o negro apenas à Emoção.

Nesse giro, a fala acima reproduzida torna-se bastante palpável quando as produções de intelectuais negros, como Grada Kilomba e Frantz Fanon, são consideradas menos científicas e subjetivas, por exporem as violências racistas que os atravessam, ocupando – de forma ousada – a posição de formadores de opinião, que, pela estrutura, deve ser conservada nas elucubrações do modelo ariano de explicação (GONZALEZ, 2020).

Essa forma de violência, já entranhada em nossa história, hoje é motivo de vergonha para alguns de seus atores, porém apenas quando aberta, como com o xingamento de jogadores de futebol utilizando termos como “macaco”, por exemplo. O fato é que de tão internalizada e sofisticada, chega, às vezes, a não parecer violência, mas uma expressão

“natural” de como as coisas são ou meras e inofensivas opiniões: repetem-se sem pensar falas racistas, muda-se de calçada ao ver uma pessoa negra sozinha vindo em nossa direção, chamam-se os bebês negros de feios por seus traços “grossos”, entre outros (GONZALEZ, 2020).

Falamos em um racismo por denegação de nossa própria trajetória, pois somos nós muito mais ameríndios e amefricanos que europeus (GONZALEZ, 2020), mas que por isso já fomos enxergados, a partir da encampação das ideias de Gobineau, como “racialmente doentes”, precisando de branqueamento de nosso povo a partir de europeus dispostos à mestiçagem, porque o negro e o mestiço eram (e ainda são) associados ao atraso. Essa matriz de pensamento se torna muito visível, quando, por exemplo, a figura do negro “de traços finos” (leia-se, traços europeizados) é exaltada, em detrimento àqueles que carregam os traços característicos dos povos africanos – como o cabelo afro, por exemplo, tido como cabelo “ruim” (SOUZA, 2022).

Inserindo mais variáveis em nossa equação, a fórmula básica agora torna-se branco ocidental x pessoas racializadas, com o mesmo senso de destruição e fito de dominação por seus diversos meios. Trazendo para os dias de hoje, um episódio que escancarou o racismo, tanto oculto quanto explícito, foi a participação da artista Karol Conká na edição 21 do *Big Brother Brasil*: certo que suas atitudes foram controversas, porém a resposta dos internautas deu-se de maneira bem clara, chamando-a por “macaca” ou “puta”, por exemplo, carregando o racismo tão cotidiano com pitadas de misoginia. Ainda sobre o caso de Karol, lançamos a reflexão: quantos outros participantes homens e brancos foram tão incisivos ou controversos quanto e foram alvo de discurso de ódio nas redes sociais tendo que ser escoltados fora do confinamento por medo de agressões físicas?

Um outro aspecto desse prisma reside na instituição de classes sociais e suas desigualdades marcado, sobretudo, por um acesso desigual

aos recursos: para os “conquistadores”, os metais e especiarias, para os “conquistados” o campo de trabalho não-assalariado. Essa mesma lógica perpetua-se em nosso capitalismo atual de diversas maneiras e torna-se muito visível quando observamos os órgãos de poder político, por exemplo, e quantas pessoas racializadas ocupam posições de comando iguais às dos brancos e não apenas as posições servis, bem como quando analisamos os seus salários e suas oportunidades (QUIJANO, 2005).

Essa desigualdade social abarca diversas realidades por construir um ideal de classe dominante que detém, em si, tanto o poder sobre os recursos, quanto em relação à elaboração e manutenção de padrões culturais. Esse segundo ponto “justifica”, por exemplo, os intentos de supressão do conhecimento e das identidades dos colonizados, com a consequente relegação de suas histórias à alcunha de subculturas ou de meros saberes regionais, precisando serem traduzidas ou sincretizadas para os termos europeus para fazer algum sentido (Gonzalez, 2020; Quijano, 2015).

Nessa construção de uma cultura hegemônica euroimposta, as demais culturas são, até hoje, ou traduzidas ou apagadas. Esse verdadeiro aparato de repressão tem apenas se camuflado durante a história, ora assumindo o local da primazia pelo que é “belo” (curiosamente ou não apenas o fazer artístico-cultural europeu, por exemplo), ora naquilo que é notadamente inferior por advir de um local selvagem e exótico, conforme expõe Gonzalez (2020).

O pensamento do período colonial e suas as tentativas de dissipação das culturas nativas no Brasil parece muitas vezes uma página virada de nossa história, mas quando todo um sistema religioso e sua cultura, como o Candomblé, são colocados em xeque por não atenderem ao padrão de um cristianismo protestante ou católico importado de além-mar como uma verdade autoevidente de nossa sociedade, temos uma mostra que a dominação é bastante presente.

O discurso de ódio calcado na intolerância religiosa é um cenário para percebermos que o ideal racista costura a colonialidade e a desigualdade de classes de maneira bem próxima e relacionada. Percebamos, por exemplo, os marcadores sociais no Candomblé: uma religião de matriz africana, logo influenciada por culturas africanas e ameríndias, que são consideradas inferiores a partir do etnocentrismo europeu; a localização de seus templos está geralmente nos bairros menos centrais, longe do protagonismo das grandes catedrais católicas e dos palácios neopentecostais, mostrando uma desigualdade no espaço; suas imagens de culto não condizem com os ideais renascentistas de beleza cristã, sendo pretas e pardas (como seus Santos e Guias), logo, inferiores e associados ao mal, conforme a visão padrão.

Essa inter-relação que se estende bem mais profundamente em nossa sociedade faz-nos questionar se, de fato, houve algo como “progresso” no campo social brasileiro. A noção acerca de passado ou presente resta bastante abalada quando somos levados à percepção de que não há fantasmas a conviver, senão vivíssimas disfunções a nos acompanhar, agora mais visíveis nas estruturas das redes sociais. A fala do personagem Stevens, de William Faulkner (2019), em *Réquiem para uma freira*, captura a essência dessa constatação quando diz: “o passado nunca morre. Ele nem sequer é passado”.

De fato, o discurso de ódio está em uma ligação quase intrínseca com nossas bases sociais, tendo o ódio (assumindo as feições do racismo e da colonialidade) estruturado às relações de privilégio e destruição do Outro, que vemos mais frequentemente em nossos *feeds*. Nossos aparelhos celulares, tablets e notebooks modernizam-se a cada momento com suas atualizações e lançamentos de modelos cada vez mais avançadas, porém o discurso de ódio é como um vírus pré-instalado em todos os dispositivos, porque ele sim é tão natural quanto imperceptível que eficazmente está presente desde nosso tempo colonial.

Recebemos a denominação de modernos de muito bom grado, mesmo sendo nossa modernidade fruto de um progressismo europeu que com suas ações atrozistas estava gerando avanços aos povos subjugados. Não pretendemos aqui negar os progressos industriais advindos dos avanços da ciência, que inclusive permitiram-nos o desenvolvimento de vacinas que impediram uma situação ainda mais catastrófica durante a pandemia, mas problematizar a concepção ocidental que essa modernidade alcançou de fato, em particular, no concernente às relações sociais – como nos diria um positivismo vulgar (Bourdieu, 2021) –, curando nossas próprias fraturas.

Modulando os conceitos dos europeus para colaborar com nossa discussão, utilizaremos Pierre Bourdieu e suas considerações sobre uma sociologia reflexiva em *O poder simbólico* (2021). Consideremos, então, o conceito ocidental e europeu de modernidade como um objeto científico: encoberto pelo véu da normalidade e camuflado por retóricas progressistas de forma a assumir contornos de verdade autoevidente e inquestionável por si. Segundo Bourdieu (2021), a “verdade oficial” traduz a ideia que a construiu, sendo assimilada e replicada, muitas vezes, de forma acrítica.

A partir de um novo e mais cuidadoso olhar – experiência advinda dos filósofos iniciáticos, como nos adverte Bourdieu –, vemos que o discurso de ódio é um fenômeno de composição bastante complexa e que tem seu fundamento não na era digital, mas nos pressupostos deletérios da nossa sociedade, provocando a insustentabilidade de sua caracterização como moderno ou mesmo de nossas relações como modernas em si, visto que são tonificadas por vícios e mazelas. O olhar sociológico, assim, rompe com a própria cientificidade do conceito de progresso e suas implicações que não sejam necessariamente sejam tecnocientíficas e industriais, mas digam respeito aos corpos sociais em si (Bourdieu, 2021).

Retomando Quijano (2005), questionamos: “o que é realmente novo com a modernidade?”, ou melhor, suprimindo as novas formas de disseminação do discurso de ódio nas redes sociais, o que de novo temos? Nem revoluções sociais ou mesmo racionais (como a *metanoia* iniciática [Bourdieu, 2021]), que sustentem a noção de modernidade e muito menos a de pós-modernidade com seus ares de sucessão e superação. Da obra de Bruno Latour (2019) extraímos nossa conclusão que, de fato, nunca fomos modernos no aspecto social.

Relendo a história com a mente condicionada por um olhar sociológico-reflexivo, percebemos, assim, que a modernidade social sequer começou e jamais houve uma sociedade que, de fato, pudesse ser diferenciada daquela existente há quinhentos anos com suas dicotomias entre conquistadores e conquistados – de fato, há novas e mais digitais roupagens, mas os corpos (vítimas e algozes) seguem os mesmos. Fomos capazes de inventar máquinas extremamente sofisticadas, mas somos inábeis a fazer progresso social e construir uma modernidade autêntica, engolindo as “esquisitices modernas” de que a passagem do tempo anularia irreversivelmente todo o passado, como bem o observou Latour (2019).

Na expectativa de uma grande revolução – como a bolchevique, que foi a parteira de um novo mundo – seguimos com a manutenção intencional dos mesmos modos coloniais e racistas pré-instalados em nossa mente desde a fábrica e sustentada por uma afinadíssima engrenagem capitalista (Latour, 2019). Assim,

No exato instante em que a falência de sua explicação total leva os pós-modernos a perderem-se no desespero da autocrítica, tomamos consciência de que as explicações ainda não haviam começado, e que sempre foi assim, que jamais fomos nem modernos, nem críticos, que jamais houve um antigamente ou antigo regime, que nunca deixamos verdadeiramente a velha matriz antropológica – e não podia ser de outra forma” (Latour, 2019, p. 51).

Considerações finais

O aumento na incidência do fenômeno social aqui discutido é inquietante e nos leva a refletir acerca dos nossos rumos enquanto sociedade do bem estar no meio digital e da banalidade de sua ocorrência, em que fatores corriqueiros ganham ares de munição para o ódio. Conjecturar e projetar o futuro é inevitável, até por nossa ansiedade social crescente; no entanto, o discurso de ódio é tão complexo que requer que nos viremos ao passado não para achar respostas, mas para compreender sua existência e relevância.

Antes de explorar profundamente a faceta do discurso de ódio dirigida a um grupo social – como o de cunho racista, por exemplo – a complexidade do fenômeno absorveu-nos a entender os seus aspectos gerais. Diante disso, o leque aberto mostrou-se bastante extenso, mas com raízes compartilhadas e que não datam necessariamente dos tempos ditos modernos, o que motivou a confecção desse diálogo e a formulação de sua hipótese.

Retomando o objetivo da presente investigação explicitado em sua introdução, observamos que o discurso de ódio está indelevelmente amalgamado em nossa sociedade e essa relação não advém das redes sociais, sendo essas apenas uma vitrine (bastante transparente) dessa e de outras disfunções que nos assolam.

A partir do diálogo dos dias de hoje e da tendência de aumento, somos levados a pensar, talvez, em uma primavera contemporânea do ódio, quando, em verdade, vemos apenas a materialização de velhas retóricas que tomavam espaços em lugares mais escondidos e agora se espalham de forma desavergonhada em nossos dispositivos.

Refletir e teorizar, portanto, sobre as causas de aumento do discurso de ódio nas redes sociais do Brasil pandêmico pode ser em si uma questão

bastante dura e clara: embora tenhamos experimentado doses extremas de estresse e ansiedade, houve, em verdade, a exposição clara do nosso ódio – o que de fato nos incomoda, pois não gostamos de nos ver enquanto atores de um evento tão negativo. Nada de novo no *front*.

Talvez hoje tenhamos consciência do discurso de ódio porque o enxergamos enquanto um problema. Por muito tempo, o ódio foi naturalizado e tornado cotidiano em nossas vidas, tanto que podíamos nós, de forma inconsciente, reproduzi-lo em nossos comportamentos e não nos dar conta de sua existência. Por isso, provavelmente, seja tão chocante a impressão que estamos diante de uma nova forma de violência, quando na verdade ela sempre esteve entre nós encoberta pelo véu da normalidade. Então, de fato, fizemos algum progresso em relação a perceber aquilo que fere e invalida o outro, mas há uma longa (e utópica) saga até que o discurso de ódio se torne um passado e que seja possível visualizar o futuro.

Debruçando-nos sobre a hipótese, também traçada na introdução, nota-se que as considerações aqui realizadas a confirmaram, o que não nos traz felicidade alguma, mas tão somente a noção de fracasso social e do frágil curativo que é o termo “modernidade” sobre nossas feridas crônicas. De fato, no que tange ao social, não vivemos uma modernidade, longe disso: somos o mesmo povo brasileiro construído nas bases da violência, com a mesma mente e vivendo em um mundo com inovações tecnológicas, portanto tão somente diferente.

A superação desse ódio que trazemos incrustado em nossa história é suficiente para alcançarmos a modernidade? Talvez. Falar em empatia e menos preconceito ao olhar o Outro talvez seja uma retórica um pouco gasta, mas que ainda atende às nossas necessidades. O verdadeiro progresso (o que de fato nos conduzirá à modernidade social), porém, está na dissolução de um padrão imposto outrora de dominação (sustentado na

raça e na colonialidade), o que é um extenso desafio para todos enquanto membros dessa sociedade marcada pelo ódio.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Edições 70, 2021.

BUTLER, Judith. Discurso de ódio: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. São Paulo: Zahar, 2013.

ESTADÃO, 2023. Grupos de ódio atraem adolescentes ao migrar de fóruns ocultos para as redes. 2023. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/brasil/noticia/2023/04/grupos-de-odio-atraem-adolescentes-ao-migrar-de-foruns-ocultos-para-as-redes.ghml>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FANTÁSTICO, 2021. Haters, o exército invisível que dissemina ódio na internet e não poupa ninguém de seus ataques. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/09/05/haters-o-exercito-invisivel-que-dissemina-odio-na-internet-e-nao-poupa-ninguem-de-seus-ataques.ghml>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FANTÁSTICO, 2022. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos->

Abrahão Alexandre Barros de Lima
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Flávio Luiz de Castro Freitas

temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghhtml. Acesso em: 02 jul. 2023.

FAULKNER, William. Requiem for a nun. Toronto: Proofreaders Canada, 2019. Disponível em: <https://www.fadedpage.com/books/20190243/html.php>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Emanuel Pedro Martins. Decolonialidade epistemológica em tempos de monotecnologização da vida: uma tarefa ao pensar. Revista Linguagem em Foco, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 163-180, 7 dez. 2022. Revista Linguagem em Foco. <http://dx.doi.org/10.46230/2674-8266-14-9441>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9441/8023>. Acesso em: 10 maio 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Por um feminismo afrolatinoamericano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART, Andrea Heloiza; MUÑOZ, Ivette Kafure. O sujeito informacional e as redes sociais online: reflexos da polarização política nas práticas informacionais relacionadas à pandemia de covid-19. Liinc em Revista, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 1-18, 12 nov. 2022. Liinc em Revista. <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6081>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6081/5704>. Acesso em: 10 maio 2023.

HAN, Byung-Chul. Protocolamento total da vida. In: No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 38-39.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2017.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

LUCCAS, Victor Nóbrega; GOMES, Fabrício Vasconcelos; SALVADOR, João Pedro Favaretto. Guia de análise de discurso de ódio. São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20%C3%93dio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes de; PEREIRA, Renato Amantino. DISCURSO DE ÓDIO NO BRASIL DO AGORA. Diversidade e Educação, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 345-373, 28 jan. 2022. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/de.v9i2.13596>. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/10757>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PAHO. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19: kit de ferramentas de transformação digital. Washington D.C: Paho, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

PAHO. Histórico da pandemia de COVID-19. 2023a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PAHO. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. 2023b. Disponível

Abrahão Alexandre Barros de Lima
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Flávio Luiz de Castro Freitas

em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 15 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

SAFERNET. Safernet aponta que discurso de ódio cresceu nas duas últimas eleições. 2022. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/safernet-aponta-que-discurso-de-odio-cresceu-nas-duas-ultimaseleicoes#:~:text=Para%20a%20Safernet%2C%20a%20repres%20do%20tema%20precisa%20ser%20estrat%C3%A9gic> a. Acesso em: 20 jul. 2022.

SAFERNET. Denúncias de crimes de discurso de ódio e de imagens de abuso sexual infantil na internet têm crescimento em 2022: xenofobia foi o crime que mais cresceu (874%); denúncias de “pornografia infantil” passaram de 100 mil pelo segundo ano seguido. 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-crimes-de-discurso-de-odio-e-de-imagens-de-abuso-sexual-infantil-na-internet>. Acesso em: 15 jun. 2023

SOUZA, Jessé. Travestindo o racismo com o falso moralismo. In: Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. p. 49-67.

TRINDADE, Luiz Valério. Discurso de ódio nas redes sociais. São Paulo: Jandaíra, 2022. Coleção Feminismos Plurais.

VELOSO, Manoel Júnior Ferreira. Violência a tweets por hora: a violência de gênero sofrida por mulheres transexuais a partir do conflito entre liberdade de expressão e discurso de ódio no Twitter. 2021. 153 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

VIGNOLI, Richele Grengé; MONTEIRO, Silvana Drumond. Deep Web e Dark Web: similaridades e dissimilaridades no contexto da ciência da informação. Transinformação, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 1-12, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889202032e190052>. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/197255>. Acesso em: 10 maio 2023.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.